



AUTORES

**Amanda Dinucci
Almeida Bühler Velasco** 

 amandadinucci@
hotmail.com

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).
Professora efetiva do Colégio Pedro II

**Maria do Carmo
Leite de Oliveira** 

 mcleitedeoliveira@
gmail.com

Doutora em Linguística Aplicada ao Português
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio
de Janeiro. Professora Adjunta da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)

Paulo Cortes Gago 

 pcgago@letras.ufrj.br

Professor titular da Universidade
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

COMO CITAR

Velasco, A. D. A. B., Oliveira, M. C. L., & Gago, P. C. (2021). O uso da técnica do mata-leão em abordagem policial: um estudo multimodal de fala-em-interação. *Calidoscópico*, 19(2): 243-261. <https://doi.org/10.4013/cld.2021.192.06>

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão: 31/01/2021
Aprovação: 19/05/2021

DISTRIBUÍDO SOB



O uso da técnica do mata-leão em abordagem policial: um estudo multimodal de fala-em-interação

The use of rear naked choke in a police approach: a multimodal study in talk-in-interaction

RESUMO / ABSTRACT

O uso ético da força em abordagens policiais tem recebido cada vez mais destaque na discussão sobre a violência policial no Brasil e no mundo. Neste artigo, examinamos, à luz da Análise da Conversa Multimodal (ACM), um vídeo postado no YouTube que registra o emprego da técnica de imobilização conhecida popularmente como mata-leão. Os resultados demonstram que a tomada de decisão do uso da força é um processo interpretativo, coconstruído interacionalmente. Considerando-se os protocolos institucionais oficiais sobre o uso progressivo da força, a videoanálise indica adiantamento de condutas corporificadas de coerção dos policiais. Revela também modelos culturais postos em ação na conduta policial. Assim, reivindicamos a relevância dos conhecimentos interacionais como nova chave analítica para se entender a tomada de decisão policial e o uso progressivo da força, destacando-se seu potencial para a formação policial.

Palavras-chave:
Análise da Conversa Multimodal; Mata-leão; Violência Policial

Considerando-se os protocolos institucionais oficiais sobre o uso progressivo da força, a videoanálise indica adiantamento de condutas corporificadas de coerção dos policiais. Revela também modelos culturais postos em ação na conduta policial. Assim, reivindicamos a relevância dos conhecimentos interacionais como nova chave analítica para se entender a tomada de decisão policial e o uso progressivo da força, destacando-se seu potencial para a formação policial.

The ethical use of force in police approaches has received increasing prominence in the discussion about police violence in Brazil and in the world. In this work, we examine, under the light of Multimodal Conversation Analysis, a video posted on YouTube, which records the use of the immobilization technique popularly known as rear-naked choke. The analysis shows that the decision to use force is an interpretative process, co-constructed interactionally.

Keywords:
Multimodal Conversation Analysis; "Rear Naked Choke"; Police Violence

Considering the official institutional protocols on the progressive use of force, the video analysis indicates the anticipation of embodied coercion conduct by the police. It also reveals cultural models put into action in police conduct. We claim the relevance of interactional knowledge as a new analytical key for understanding police decision making and progressive use of force, highlighting its potential for police training.

1. Introdução

A violência policial é um dos grandes debates da contemporaneidade e, infelizmente, uma prática que tem sido recorrente no cotidiano de vários países. No Brasil, além de sermos um dos recordistas mundiais em mortes de policiais em serviço, nós nos destacamos por uma ação policial marcada pelo uso abusivo, violento e ilegítimo da força.

Uma das áreas que mais têm contribuído para entender a violência policial no país é a das ciências sociais brasileiras. As diversas revisões da literatura sobre o tema mostram a variedade de tópicos abordados, e, segundo Sá e Silva (2014), o foco nas causas últimas da violência policial. Outra observação se refere aos métodos. Assim como Muniz (1999) usa a etnografia para descrever o fazer ostensivo da polícia, outros pesquisadores se valem de instrumentos como *survey*, grupo focal e entrevista. Para Kant de Lima (2021, p. 97-98), porém, algumas respostas ainda são urgentes:

[...] o que estamos chamando de mau desempenho é realmente mau desempenho ou é desempenho segundo um modelo que, na raiz, legitima as ações que estamos questionando? Depois, é preciso saber se os policiais fazem aquilo que consideramos errado porque não sabem o que é correto ou se, sabendo-o, simplesmente deliberam fazer o contrário.

Assumindo com Dror (2007, p. 265) que o “elemento crucial para a determinação de uma ação não é a regulação, mas sim como uma pessoa percebe, interpreta e avalia uma situação”,^[1] levantamos outras perguntas: será que, além do conhecimento sobre a legalidade da ação, não haveria outro tipo de conhecimento relevante para explicar o processo de tomada de decisão de uso da força num encontro policial e civil? Se uma tomada de decisão envolve um processo interpretativo, não caberia examinar como o significado atribuído a uma ação orienta a ação subsequente de cada parte? Responder a essas questões exige outra metodologia.

Como defende Cordeiro (2009, p. 4), aprender o uso adequado da força “é hoje uma das competências do trabalho policial”. Embora a comunicação seja importante para a prática policial, ainda são poucos os estudos que exploram o papel da linguagem nesse contexto.

Nos Estados Unidos, já há estudos nessa linha. Após um negro ser morto a tiros por um policial numa *blitz*, em Minnesota, no ano de 2016, a fundação americana WT Grant Foundation decidiu apoiar o desenvolvimento de um projeto que pudesse ajudar a polícia a melhorar seus métodos de comunicação. Intitulado “Talking Justice: Identifying Interactional Mechanisms to Improve the Quality of Police-Civilian Encounters”, o projeto foi desenvolvido pelos pesquisadores

Raymond e Jones (Medina, 2017). De acordo com registros do site, a polícia precisa mudar de um “modelo de guerreiro” para um “modelo de guardião”. Ao serem treinados a usar uma voz de comando para exercer autoridade, os policiais podem transformar, rapidamente, um encontro em um confronto. Ao interagir com um civil que não aceita uma ordem, o risco de escalonamento da força passa a ser maior.

No Brasil, esse tipo de pesquisa enfrenta muitas dificuldades. Não contamos com viaturas equipadas com câmeras instaladas nos painéis nem com câmeras presas aos uniformes dos policiais. O acesso às gravações de encontros entre policiais e cidadãos fica restrito ao registro de condutas desviantes de policiais, postadas em plataformas de compartilhamento de vídeos na internet.

Neste artigo, analisamos um desses microespetáculos da vida cotidiana (Bruno, 2008, p. 113) tornado público na plataforma do YouTube por uma terceira parte. O vídeo registra o emprego da técnica de estrangulamento, popularmente conhecida como “mata-leão”, em resposta à recusa de um abordado a ser conduzido à delegacia.

Para melhor compreender a tomada de decisão sobre o uso da força naquele encontro, propomos a abordagem da Análise da Conversa Multimodal (ACM), que contempla tanto as ações verbais dos participantes quanto suas ações corporificadas. Utilizando como instrumento de pesquisa a videoanálise, pretendemos examinar o processo de tomada de decisão do uso da força a partir de uma análise interacional local.

Além de demonstrar o potencial da ACM para uma melhor compreensão de como o que acontece na interação está diretamente relacionado à interpretação de uma ação antecedente que projeta uma subsequente, pretendemos evidenciar a importância da videoanálise para mostrar a relevância de um tipo de conhecimento – o interacional – não desenvolvido no curso de formação policial. O que reivindicamos aqui é que o processo de tomada de decisão não se dá apenas a partir do que é estabelecido *a priori*, mas também a partir de um trabalho interpretativo do que está acontecendo no aqui e agora da interação. A análise de interações reais pode contribuir para que o policial se torne mais consciente e reflexivo sobre sua prática, percebendo o que orienta sua decisão sobre o emprego da força.

2. Os estudos policiais

A violência urbana foi sempre uma questão relevante na área das ciências sociais brasileiras. No entanto, os estudos policiais entraram mais fortemente na agenda da área após o processo de redemocratização do país (Muniz; Caruso; Freitas, 2018). Segundo Sá e Silva (2014), uma das explicações encontradas na literatura para a violência policial é a predisposição cultural. Apesar de ser equivocado pensar cultura como algo homogêneo

[1] “the crucial element in determining an action is not regulation, but how one perceives, interprets, and evaluates the situation.”

e fixo (Muniz, 1999), resultados de pesquisa na área chamam atenção para alguns tipos de cultura.

Uma parte dos estudos destacam os traços da cultura brasileira, como o autoritarismo e a dimensão hierárquica na forma de sociabilidade (Sá e Silva, 2014). Já Muniz (1999) revela que, para os policiais, a violência também é explicada pela cultura policial e, como salientado também por Maciel (2012) pela cultura do machismo. Para os policiais, ser policial é coisa de “sujeito homem”, e a rua é “terra de macho”. Em termos goffmanianos, isso implica para o policial um controle cuidadoso de sua performance, para evitar o risco de perder a face, no caso de alguma conduta ser associada a atributos femininos.

Em Oliveira e Ron-Rén Júnior (2017), encontramos o relato de um caso de desacato, em que o abordado chegou a empurrar um policial, mas esse policial decidiu não categorizar a cena como desacato porque, depois de conter o abordado, entendeu que a reação dele fora mais por desespero diante da perda da mercadoria que vendia num transporte público, o que é considerado infração. Tal decisão deixou o policial malvisto diante dos colegas que haviam participado da cena.

Os estudos sobre a fala-em-interação em contextos profissionais são vistos como necessários para a melhoria das práticas de médicos, professores, mediadores, entre outros cujas tarefas envolvem centralmente a linguagem. São exemplos os estudos sobre práticas de teletendimento (Ostermann; Oliveira, 2015), práticas médicas (Ostermann; Frezza, 2017), educacionais (Garcez; Schulz, 2015) e de mediação (Gago, 2020). Esses e outros não citados vêm evidenciando a relevância da AC para identificar aspectos interacionais que podem vir a contribuir para a melhoria da performance profissional.

Embora não use dados empíricos, Sacks (1972) realiza estudo sociológico-interacional pioneiro sobre a atuação policial. Considerando-se as ruas lócus de ordem social, o autor estuda as rondas policiais nas ruas e mostra como os agentes fazem uso especializado das aparências públicas de pedestres e transeuntes, para fazerem inferências de caráter moral sobre possível atividade criminosa em curso, e tomarem decisões de abordagem. Usam, para isso, o procedimento da incongruidade, método que consiste em avaliar as aparências e associá-las a alguma atividade ilegal. Para Sacks (1972, p. 289), a “polícia entende que o que acontece nas ruas está em uma relação determinável com a organização de cursos combinados de ação que envolve as pessoas no uso das ruas”.

Goodwin (1994) constitui igualmente estudo interacional pioneiro, por introduzir a videoanálise para se estudar a atuação policial. O autor mostra o uso jurídico feito por promotoria e defesa de um videoamador de terceiras partes, que registrou a atuação de quatro poli-

ciais brancos, em 1991, em Los Angeles, em abordagem a um afro-americano, Rodney King, que dirigia seu carro com excesso de velocidade. A publicação do vídeo com os policiais o espancando com barras de ferro levou-os ao tribunal, acusados de excesso no uso da força.

O vídeo constituía-se na única prova do processo, e a promotoria considerava suas imagens autoevidentes e prova suficiente para comprovar a má conduta policial e pedir sua punição. Contudo, como Goodwin (1994, p. 607) discute, a “habilidade de ver um evento significativo não é um processo transparente, psicológico, mas sim uma atividade socialmente situada”. Mais ainda, “toda visão é perspectivada e alojada em comunidades endógenas de prática”. A defesa fez uso estratégico disso, convocando aos tribunais como testemunha um perito em uso da força pela polícia. Valendo-se de três práticas – uso de esquema de codificação da força policial abalizado na área, realce e articulação de informações com gráficos –, o perito apresentou aos jurados um esquema escalonado em dez fases da força policial sobre King, associando cada fase a imagens decupadas do vídeo. Assim, inseriu King como agente de resistência e causador do escalonamento do uso da força pela polícia. Como Goodwin (1994) argumenta, essas operações provocaram uma transformação radical na interpretação das imagens perante o júri: “o que parece ser uma brutalidade descontrolada e violência aleatória é de fato um esforço muito disciplinado e controlado para levar o Sr. King sob custódia”^[2] (p. 618).

Watson (2018) discute o uso de vídeos na análise da abordagem policial no Canadá, mas o estudo caminha em outra direção. O caso envolvia um rapaz de 18 anos, que, em 2013, embarcou em um transporte público de Toronto, furtou passageiros, usando um canivete e pediu que descessem do veículo, ficando lá dentro sozinho. A polícia foi acionada. Dois policiais ficaram do lado de fora do veículo, conversando com ele, com suas armas apontadas em direção ao jovem. Quando ele desobedeceu a ordem policial para não se aproximar da porta do veículo, um dos agentes fez três disparos, e o rapaz caiu no chão. Cinco vírgula cinco segundos depois, o mesmo policial realizou mais seis disparos, e o rapaz morreu.

O departamento de segurança da cidade registrou toda a ação policial, e uma entidade civil, com base nos vídeos, considerando-os evidência “acima de qualquer suspeita”, levou o policial ao tribunal, acusando-o de assassinato em segundo grau na primeira transação e de tentativa de assassinato na segunda.^[3]

O ponto do autor reside justamente em questionar o “excesso de confiança” no uso de vídeo em tribunais como única ou principal evidência e tece argumentos no sentido de que as imagens não comunicam sozinhas; há um trabalho interpretativo complexo dos operadores de direito de asso-

[2] No original: “What looks like uncontrolled uh brutality and random violence is indeed a very disciplined and controlled effort to take Mr. King into custody.”

[3] Remetemos ao original para uma discussão sobre os tipos de crime.

ciarem o que veem nas imagens a categorias legais abstratas, o que é ignorado. Ver uma cena de policial atirando e categorizá-la como assassinato em primeiro grau não é algo que já está dado pelas imagens; isso é fruto de interpretação: a “evidência é sempre evidência de algo porque é evidência para algo”^[4] (Watson, 2018, p. 125). As imagens do vídeo não captam a percepção subjetiva daqueles envolvidos na cena. Em resumo, seu argumento principal é o de que vídeos representam um problema para defesa e promotoria, e não uma solução, devendo ser complementados por outros tipos de evidência nos tribunais.

Johnson (2020) usa videoanálise, da perspectiva da ACM, para investigar entrevistas entre policiais e suspeitos, focando, especificamente, em perguntas como “Então você está dizendo que”, uma prática usada por policiais para reformular uma versão da fala anterior do suspeito. Essa prática pode incidir sobre algo que foi dito no turno anterior ou em trechos mais remotos, resumindo o cerne de sua narrativa e refocalizando a fala para destacar aspectos problemáticos da narrativa a fim de confrontar o suspeito com outras pessoas e fatos para testar a veracidade daquilo que dizem. Ela mostra que as respostas são produzidas com a utilização de recursos multimodais, como gestos enfáticos e uso de partes do corpo, fenômeno que ela chama de “formulações dramatizadas”.

Centralmente, a autora argumenta que as práticas de registro de entrevistas feitas pela polícia são logocêntricas, porque centram-se apenas nos áudios e nos recursos da transcrição escrita. Mais ainda, produzem descrições equivocadas do que se passou, porque negligenciam os aspectos multimodais que construíram as ações nas respostas dos suspeitos, o que somente pode ser captado por vídeo. Para ela, o uso de vídeo como forma de registro e sua transcrição constituem uma questão de justiça.

Os estudos acima mostram diferentes usos do registro em vídeo das interações envolvendo policiais. Os dois primeiros apontam como a violência policial é (re)interpretada por peritos em julgamentos criminais, resultando em práticas de produção de sentido dos peritos em tribunal a partir do vídeo de violência policial. O último mostra como as interpretações da polícia nas entrevistas assentam-se sobre práticas equivocadas de produção de sentido, resultando em problemas de justiça para os suspeitos. A seguir, tratamos dos protocolos policiais de uso da força.

3. Os protocolos sobre o uso da força

No Brasil, a Portaria Interministerial n. 4.226/2010 (Brasil, 2010) estabelece algumas condições para o uso da força: a conveniência, a legalidade, a moderação, a necessidade e a proporcionalidade. Tais diretrizes exigem dos agentes algumas avaliações do contexto para uma tomada de decisão adequada. No Rio de Janeiro, contexto dos nossos

dados, a Instrução Normativa PMERJ/EMG-PM/3 n. 32015, baseada no modelo de uso progressivo da força desenvolvido pelo Instituto de Treinamento Policial da Universidade de Illinois classifica os procedimentos em cinco níveis, de acordo com a gravidade da ameaça.

Nível I – Esta categoria consiste de procedimentos através de verbalização.

Nível II – Este nível inclui opções centradas em torno do ganho de controle, através de técnicas de persuasão e manipulação psicológica, e técnicas de controle de contato.

Nível III – Devido à introdução de um componente físico na insubmissão do indivíduo, o policial deve agora valer-se das técnicas de contenção e neutralização, com ênfase às técnicas de submissão.

Nível IV – Neste nível a atitude agressiva do indivíduo leva o policial a aplicar as técnicas defensivas não letais.

Nível V – Neste nível as opções táticas dirigem-se para a sobrevivência e a auto-preservação do policial, sendo necessário, muitas vezes, que ele se defenda com força letal.

De acordo com esse modelo, os policiais devem recorrer a golpes com potencial letal e disparos de arma de fogo apenas em última instância, quando todos os outros recursos tiverem se esgotado e quando houver agressão letal pelo abordado. Mesmo diante de atos de resistência de um suspeito, os agentes devem privilegiar técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo, visando preservar vidas e minimizar possíveis danos à integridade das pessoas. Logo, o uso da força deve ser sensível ao contexto para que a tomada de decisão atenda à regulamentação e seja adequada aos objetivos pretendidos.

O mata-leão consiste em uma técnica de estrangulamento realizada pelas costas do oponente, cortando-lhe a passagem de ar, e pode ser letal. Há controvérsias sobre a que grau de uso da força ela corresponde. Muitos policiais, em entrevistas e oficinas que realizamos, revelaram-nos que a consideram apenas uma técnica de imobilização, entretanto, por ter potencial letal, ela pode ser vista como de grau V. Caberá à análise mostrar o uso dessa técnica no contexto local e situado da interação.

Com base na revisão da literatura em ciências sociais, podemos afirmar que nosso trabalho se distingue desses estudos pelo foco no modo como os participantes da interação conflituosa coconstruem o sentido do que está acontecendo ali, turno a turno. Entendemos que esse tipo de abordagem pode materializar alguns achados das ciências sociais, como o papel dos modelos culturais na interpretação das ações do abordado, além de mostrar em detalhes como e se os protocolos institucionais foram usados. Estamos contribuindo, assim, para o estudo da violência policial e para o desenvolvimento dos estudos de ACM em contextos policiais no Brasil.

[4] No original: “[...] evidence is always evidence of something because it is evidence for something.”

4. A abordagem da Análise da Conversa Multimodal

Um passo importante para o estudo sistemático do corpo na interação se deu na década de 1980 (Kendon, 1980; Goodwin, 1981; Schegloff, 1984). No final do século XX e início do século XXI, essa nova agenda tornou-se mais viável, em virtude dos avanços tecnológicos. Com a democratização de aparelhos que gravam vídeos e com a criação de softwares que facilitam o exame dos sons e das imagens capturados, é possível, hoje, perceber uma transição nas pesquisas, que tem sido chamada de “virada da multimodalidade”, “virada visual” e “virada corporificada” (Nevile, 2015).

Para Mondada (2016, p. 338), o termo “multimodalidade”, inspirado nas ciências da computação, aponta para diversas interfaces, canais e meios de comunicação. Logo, essa “virada” se refere à ampliação do escopo das análises. Como afirmou Goodwin (2000, p. 489), a “ação humana é construída por meio da utilização de uma série de tipos muito distintos de recursos semióticos”, isto é, os seres humanos interagem lançando mão de elementos de diversas naturezas. Cruz et al. (2019, p. 3) indicam a existência de três tipos de recurso:

[...] linguísticos (aspectos gramaticais, prosódicos, sintáticos, entoacionais e lexicais); corporais (posturas, gestos, direcionamentos do olhar) e materiais (referentes às relações múltiplas que temos de manuseio, referência e percepção sensorial de objetos e de elementos do espaço físico).

Diante de todas essas modalidades que estão disponíveis para o uso das pessoas, a ACM não somente reconhece que a fala não figura sozinha entre os elementos constitutivos da ação humana mas também abandona qualquer noção hierárquica desses meios de comunicação e expressão. É com esse olhar que estamos nos debruçando sobre um contexto que demanda atenção especial do analista para os movimentos corporais e os elementos do mundo material: o da ação policial.

No modelo analítico clássico proposto por Goodwin (2000), não encontramos “categorias” ou “dimensões” de análise. Em vez disso, a proposta dessa abordagem é integrar os diferentes recursos pelos quais as ações são constituídas e compreendidas. Nos termos de Goodwin (2010, p. 85), trata-se de analisar a “combinação ativa de materiais com propriedades intrinsecamente diversas, em configurações contextuais situadas, onde eles podem mutuamente elaborar um ao outro para criar um todo, que é diferente e maior que suas partes constituintes”. Na esteira dos estudos do autor, nossa análise buscará relacionar e associar os recursos multimodais à organização da ação.

Para que isso seja possível, a transcrição deve atender a algumas condições. O formato de cada ação corporificada deverá ser brevemente descrito, com base em princípios,

como a economia e a consistência (Mondada, 2013). Tais noções, respectivamente, postulam que o analista não deve anotar nada além do necessário nem fazer anotações que sejam ambíguas ou deixem dúvidas. Mondada (2018, p. 90) aponta ainda que essas representações devem evitar “cair em duas armadilhas: atribuir intenções ou estados cognitivos e reduzir ações a movimentos psicológicos”. Assim, as transcrições multimodais buscam diferenciar-se, na medida do possível, das descrições visuais que “são realizadas a partir de interpretações de natureza subjetiva e dependentes da/o analista” (Cruz et al., 2019, p. 15).

Além da forma, a ACM compreende que é necessário caracterizar a trajetória temporal das condutas corporificadas. Os recursos mobilizados pelos participantes de uma interação são caracterizados por uma temporalidade específica e podem se desenvolver de modo sucessivo ou simultâneo, combinando-se e formando, em certos casos, configurações bastante complexas. Isso dependerá da atividade, sua ecologia e seus limites materiais (Mondada, 2014a).

Certas interações, como a que analisamos aqui, apresentam vários participantes, mobilizando recursos múltiplos, sucessivos e simultâneos, o que exige um olhar acurado do transcritor e do analista para dar conta de cada movimento com precisão. Mondada (2018, p. 91) chama atenção para a importância desses procedimentos:

Ambos os aspectos, tempo e forma, são necessários para compreender o que o corpo está fazendo. Dentro dessa concepção de multimodalidade, o significado de um movimento não pode se reduzir à sua forma, mas está relacionado ao momento no qual é produzido; o momento que é significativo em relação ao seu contexto sequencial e à sua posição na ação corrente.

De fato, ainda que as pessoas não reflitam sobre a temporalidade e a sequencialidade, elas se orientam por tais princípios nos seus encontros, e eles são fundamentais para a organização das conversas (Sacks et al., 1974), para a observação das ações que estão sendo produzidas pelas pessoas turno a turno e, numa perspectiva multimodal, pelos recursos disponíveis além da fala.

Não somente importa analisar o formato e a temporalidade das ações de cada participante, mas sim compreender as possíveis dinâmicas em que ocorre sua mobilização, isto é, não basta ampliar o foco da fala para o corpo, mas também do corpo parado que habita o vazio para corpos que se movimentam coordenadamente no espaço. Conforme explica Mondada (2018, p. 85):

Vários corpos se movimentando juntos em pequenos ou grandes grupos levantam questões interessantes sobre como eles constroem juntos espaços interacionais dinâmicos e mutáveis, o que é crucial para a análise da participação, e como eles posicionam seus corpos dentro do ambiente material.

Em uma abordagem policial, por exemplo, o modo como cada participante se movimenta e a presença ou a falta de elementos do mundo material podem ser decisivos para o sucesso ou não da ação. Em casos como esse, quando a análise de apenas uma modalidade não é suficiente para explicar a ação principal, entendida aqui como um conjunto de ações, a ACM mostra-se a abordagem mais adequada. Seu ferramental teórico e analítico pode nos ajudar a compreender o que os participantes estão fazendo no aqui e agora da interação com seus corpos; como os diferentes sistemas semióticos relacionam-se para a coconstrução da ação; e quais são os padrões dessa correlação.

5. Dados e metodologia

Nossos dados compõem-se de um vídeo-denúncia amador, que documenta uma ação policial violenta em comunidade^[5] do Rio de Janeiro, postado no YouTube em 2013 (duração de 3'32"), e integra um *corpus* maior de dados sobre ações policiais postadas em vídeo nas redes sociais.

Esse tipo de dado, chamado de vídeo de terceiras partes, em geral registra eventos imprevistos e tem sido cada vez mais usado no estudo da violência policial (Laurier, 2015; Velasco, 2018). Na tipologia de Jones e Raymond (2012), ele é classificado como oportunista,^[6] pois capta apenas um evento isolado. Tipicamente, o pesquisador não está envolvido na gravação, mas faz uso do material para pesquisa. Drew (2006) discute que o uso de documentos e de evidência documental para a pesquisa em ciências Sociais, tal como o vídeo aqui, fornece "um registro tão significativo de certas realidades sociais quanto os dados gerados por outras metodologias familiares"^[7] (2006, p. 63). Seguindo Laurier (2015, p. 2), há "boas razões analíticas para selecionar e coletar vídeos mal produzidos no YouTube"^[8]. Esses vídeos documentam o que qualquer membro da sociedade faz. O vídeo em análise constitui fonte única para a pesquisa, porque capta as pessoas diretamente envolvidas na interação, seus gestos, expressões faciais e movimentos corporais. O benefício desse tipo de pesquisa para os participantes se dá, quando os interesses do videógrafo se cruzam com os interesses da pesquisa (Jones; Raymond, 2012).

Seguimos as orientações de pesquisa envolvendo seres humanos do Comitê de Ética da PUC-RJ para dados de internet. Usamos nomes de participantes e lugares fictícios. Como é comum ocorrer com esse tipo de dado, nosso vídeo já não se encontra mais no ar, mas sob nossa guarda por cinco anos, disponibilizando-o a quem interessar.

O vídeo se inicia com a inscrição-título "Policial da UPP agredindo morador". Trata-se de material amador, ilustrativo de uma prática contemporânea chamada de "contravigilân-

cia", que transforma em alvo da vigilância aquele que sempre ocupou o papel de vigia, o policial (Cardoso, 2014). Esse novo gênero do audiovisual é marcado pela "lógica do flagrante" (Bruno, 2008) e pela "pressuposição de culpa" de quem está sendo flagrado (Velasco, 2018), constituindo-se, pois, em uma forma de ação cidadã de resistência.

Certamente o vídeo representa possibilidade concreta de estudo da atuação policial com base em dados reais, aos quais provavelmente não teríamos acesso de outro modo; entretanto, também apresenta limitações. De forma geral, um vídeo-denúncia é produzido por um morador da comunidade, que atua momentaneamente como cinegrafista amador usando seu telefone celular. Isso impacta a qualidade da imagem, o áudio e os ângulos captados. Acrescente-se o próprio cenário da gravação: uma ladeira estreita da comunidade, com os participantes da cena (policiais e abordado) em luta corporal, com movimentos e deslocamentos de espaço rápidos. Essas questões não impedem a análise, mas representam um desafio para a transcrição, sobretudo a multimodal (ver Convenções Jefferson, 1984, Anexo 1; Mondada, 2014b e quadro elaborado por Cruz et al., 2019, Anexo 2).

Deve-se observar ainda outra limitação, referente à integralidade do material. Enquanto as câmeras dos sistemas de monitoramento aguardam pelo flagrante, a gravação de um vídeo amador é motivada, em geral, por algum desvio identificado pelo cidadão quando a ação policial já está em curso, de modo que o registro não contempla o início de tal ação (Velasco, 2018). No vídeo que estamos analisando, participam da interação três policiais (Renan, Luís e Roberto), o rapaz abordado e conduzido à delegacia (João) e o jovem (Vitor) que o acompanhava no momento da abordagem e que começa a filmar a cena a partir do momento em que percebe a instauração de um confronto. O vídeo inicia-se com a ação policial já em andamento e termina com os participantes descendo a ladeira em direção à viatura, ou seja, perdem-se o início da abordagem e o desfecho da situação.

Por meio das perguntas feitas pelo cinegrafista amador aos policiais no curso da gravação, podemos inferir as ações anteriores que culminaram na ordem de condução à delegacia. Vitor acompanhava João na saída do beco da comunidade quando ocorreu a abordagem. João não portava armas nem drogas, mas teria colocado a mão no bolso para pegar seu celular quando abordado, o que pode ter sido categorizado pelos policiais como um ato de desacato, um crime de menor potencial ofensivo que depende da interpretação do policial.

Outro fator a ser considerado nesse dado são os diversos focos de interação centrada criados na cena, entre: 1) os policiais e João; 2) João e Vitor; 3) os policiais e Vitor; 4)

[5] Usamos o termo *comunidade* como um termo endógeno preferido (cf. Pereira et al., 2019) para nos referirmos a um sistema de organização física, social e econômica própria, também denominada como *favela*.

[6] Os outros tipos são o contínuo (grava uma série de eventos) e o institucional (os gravados por câmeras de segurança).

[7] No original: "just as significant a record of certain social realities as do the data generated by other more familiar methodologies."

[8] No original: "good analytical reasons for selecting and collecting badly produced YouTube videos".

Vitor e a câmera. Por vezes, esses focos são simultâneos. Note-se ainda que todos estavam cientes da gravação. Tudo isso afeta o formato de produção das ações.

pela polícia que culmina, por duas vezes, na aplicação do “mata-leão”. Isso ocorre nos primeiros 1 min. 12 seg. do vídeo. Dividimos esse segmento analítico em cinco excertos contíguos, que mostram diferentes fases dessa abordagem.

Mostramos no **Excerto 1** o momento inicial do vídeo, quando o policial Renan dá uma ordem ao abordado para acompanhá-lo até a delegacia:

6. Análise de dados

Selecionamos para análise o momento de uso de força

Excerto 1 – A ordem e a recusa

01 **REN** #vamΔbora vamo #pra delegaciaΔ
 >>encosta JOA na parede
 Δpassa o braço pelo pescoço de JOA, puxa o braço
 dir de JOA p trás e dá um passo à frenteΔ
 #imagem 1 #imagem 2

im



02 **JOA** *não vai #[não]
 *retrai o braço e dá um passo atrás-->
 im #imagem 3
 03 **REN** Δ[não] vai o quê. não vai [o quê.]
 Δpressiona o pescoço de JOA-->>
 04 **JOA** [cal*ma] aí?
 -->*aponta p longe->
 05 chama a *rita ílá.#
 -->*agarra o braço de REN-->
 im #imagem 4
 06 **REN** Δnão vai Δo *quê
 Δpuxa o braço dir de JOA p trásΔ
 joa -->*gira o corpo->
 07 (0.7)
 08 **ROB** °>cal*ma.< Δcalma renan. <calma> renan.°
 joa ->*solta o braço dir, segura o colete de REN e o
 empurra->>
 ren Δempurra a cabeça de JOA p baixo-->>
 09 **JOA** xxx paráí
 10 (0.9)
 11 **REN** não vai o quê.

12

im

(0.9)

#imagem 5



3

4

5

A interação inicia-se com uma ordem do policial (*vambora vamos pra delegacia* - l. 01-02), realizada como uma declaração, sem fornecimento de justificativa, e com a recusa do abordado em obedecer à ordem (*não vai [não]* - l. 02). As ações são construídas não apenas pela fala, mas também pelo movimento dos corpos: o policial passa o braço por trás do pescoço do abordado, puxa-o para baixo e dá um passo à frente (imagens 1 e 2); João retrai o braço e dá um passo para trás (imagem 3). Observamos aqui a contenção feita pelo policial e resistência do abordado, recusando a ordem do agente e introduzindo um “componente físico” na sua insubmissão, nos termos da instrução normativa da PMERJ. O documento estabelece que, em casos como esse, o policial deve “valer-se das técnicas de contenção e neutralização, com ênfase às técnicas de submissão”, mas não é isso o que vemos na sequência.

No movimento seguinte, o policial usa parte da elocução de João - (*[não] vai o quê. não vai [o quê.]* - l. 03) para formular uma pergunta, que opera a ação de desafiar o abordado, afirmando a autoridade do agente. Antes mesmo de João poder se manifestar verbalmente em resposta ao desafio, o policial já começa a pressionar o pescoço do rapaz (imagem 4) com o braço que havia passado por trás do pescoço de João, iniciando, assim, a aplicação do golpe conhecido popularmente como “mata-leão”, o que corresponde ao último nível (5) da classificação feita pela PMERJ, que só seria justificável, se houvesse risco à sobrevivência do policial, o que não se observa nesse caso.

Esse aumento de uso da força gera duas ações responsáveis do abordado. A primeira é um pedido ao policial que retarde ou enfraqueça sua ação (*[calma aí? l.*

04). A segunda, um pedido ao cinegrafista que busque ajuda (*chama a rita lá.* # l. 05). Essa fala é acompanhada de dois movimentos do abordado. Primeiramente, com a mão direita, ele aponta para longe, possivelmente em direção ao lugar onde estaria essa terceira pessoa. Em seguida, com sua mão esquerda, ele agarra o braço com o qual o agente aperta o seu pescoço, fazendo um movimento de defesa.

O policial persiste na ação de desafio (*não vai o quê* - l. 07), enquanto puxa para trás o braço de João levantado para apontar. João, por sua vez, gira o corpo para sair do “mata-leão” iniciado pelo agente, configurando-se uma luta corporal entre abordado e policial. Nesse momento, outro agente, Roberto, que acompanha a cena de longe, realiza um apelo a Renan (*>cal*ma.< Δcalma renan.<calma> renan.°* - l. 08). Tais pedidos de calma, tanto o do abordado quanto o de outro policial que participa da abordagem, refletem um reconhecimento do escalonamento do conflito, que é constituído e evidenciado pelo acirramento do uso da força.

Na sequência, o suspeito solta o seu braço direito, que tinha sido puxado para trás por Renan, segura o colete do policial e tenta empurrar o agente, que, por seu turno, começa a pressionar a cabeça do abordado para baixo, sem permitir, assim, que ele se afaste completamente (imagem 5).

No **Excerto 2**, Renan e João encontram-se ainda em luta corporal, quando entra em cena o policial Luís, para auxiliar Renan no algemamento de João. Ao mesmo tempo, o cinegrafista amador inicia denúncia à câmera. A interação torna-se assim mais complexa para todos os envolvidos – abordado, policiais e cinegrafista –, como veremos nas ações verbais e não verbais, sucessivas e simultâneas.^[9]

[9] Dada a já complexa transcrição multimodal e da própria cena, resolvemos não sobrecarregar a análise com a separação de duas colunas de transcrição, correspondendo aos dois focos de interação, o que seria o caso do ponto de vista técnico.

O **Excerto 2** inicia-se com a verbalização de João (+CALMA AÍ MANO, ME ↑SOLTA, *ΔCALMA A↑Í -l. 13), que realiza, no todo, um pedido para que Renan interrompa o uso da força. Nesse momento, Luís aproxima-se e ajuda Renan a empurrar João em direção à parede (imagens 6 e 7).

Enquanto o abordado pede para parar o movimento (calma aí ô= -l. 15), o policial Roberto, distante, endereça fala aos outros agentes, ratificando a ação, mas, possivelmente, tendo como alvo também a audiência do cinegrafista, formulando explicação legal para essa ação (=algema [ele aí (.)algema aí, +algema aí= / = por desobediência] -l. 16 e 18).

Nesse momento, em sobreposição e em movimento responsivo à ação policial, Vitor inicia fala para sua audiência, formulando uma manchete jornalística ([POLICIAL ADGRE+DINDO MORADOR NA HORA QUE CHEGÔ- ACABÔ DE CHE[GÁ DO TRABALHO] -l. 17 e 19). Destacam-se as categorizações: da ação da polícia como agente de agressão; e de João como vítima, morador e trabalhador, o que estaria atrelado à categoria de inocente, em oposição a outras categorias associadas ao crime nas favelas, como a de traficante. Assim, Vitor categoriza essa ação como truculenta, por uso excessivo de força, e injusta, incidindo sobre um trabalhador. Essa fala do cinegrafista pode alvejar não somente a audiência projetada, como também os policiais, uma vez que a denúncia pode servir de recurso para inibir o uso da força policial, no aqui e agora da interação.

Na sequência, a imagem 6 mostra Renan tentando conter João, o que ocorre em simultâneo com outra ação: sua fala em voz alta (para a câmera?) de parte de suposta fala de

João, formulada como pergunta, que serve para tornar algo público ([#VAI O QUÊ? l. 20). Na imagem 7, Renan volta sua cabeça, então, totalmente para a câmera, e formula a fala reportada de João completa ((ELE) Δ#VAI ME DÁ] UMA ↑QUE:DA. l. 20-21), uma suposta ameaça verbal de agressão ao policial. Enquanto continua levando João para os fundos do beco, repete-a (Δ↑ELE FALÔ QUE VAI ME DÁ UMA ↑QUEDA.Δ - l. 22). Vemos aqui, novamente, sobreposição entre o campo interacional físico (situado) e o virtual (projetado) (Velasco e Oliveira, 2016).

Não podemos afirmar se essa fala de João ocorreu: a câmera não a registrou, não há manifestação de João contestando-a, nem do cinegrafista, e ainda havia bastante barulho na rua, entretanto o uso feito pelo policial da formulação do que o abordado disse/fez serve como prestação de contas para a câmera (audiência projetada) e como moldura interpretativa para o próximo curso de ação policial: uma reação à ação do abordado, que que justificaria o emprego da força policial. Vemos aqui a justificativa para uso da força como uma construção internacionalmente. Do ponto de vista objetivo, não há, na suposta ameaça verbal do abordado, nenhum potencial de periculosidade à vida dos policiais, ainda mais que são três policiais, e João estava desarmado. De acordo com a instrução normativa da PMERJ, para essa situação, caberia tão somente a aplicação de técnicas defensivas não letais (nível 4), e não de golpes de defesa em regiões vitais (nível 5).

O **Excerto 3** mostra o momento de imobilização de João pelos policiais para o algemamento e a tentativa do abordado de buscar ajuda.

Excerto 3 – Imobilização do abordado e pedido de ajuda

24	JOA	ah >o seΔnhor vem< qué me esculachá.
	Ren	Δposiciona JOA de frente p a parede
25	ROB	=°bota a mão na parede°,
26		*bota a mão na parede=
		*gira o corpo p esq->
27	LUI	=não tem nin↑guém escu*lachando#=
	joa	-->*vira p VIT->
	im	#imagem 8
28	JOA	=aí, vitor, +[chama a rita #aí+]=
	lui	+abaixa seu braço esq+
	im	#imagem 9
29	LUI	[*não tem ninguém]
	joa	*olha p baixo-->
30	JOA	=[chama a r i t a a í*]
		-->*
31	LUI	[esculachando, não tem ninguém] esculachando
32	JOA	*+ih, vou te #dar [uma ↑queda mano *qual foi]
		*olha p REN *gira o corpo p dir
		e caminha na direção oposta à da parede-->
	lui	+olha p ROB
	im	#imagem 10
	--	

33 LUI

Im

+[(cadê? #tem algema aí?)]
+caminha p frente-->
#imagem 11



Já imobilizado junto à parede, João opera uma reclamação sobre a ação realizada pelo policial (ah >o seΔ-nhor vem< qué me esculachá= - l. 24). Em sua fala, João usa o termo “esculachar” - uma categoria nativa, empregada historicamente no contexto das favelas para fazer referência a um tratamento que fere a dignidade do morador (Pires, 2011). Essa fala é endereçada a um agente, mas o abordado pode estar orientado também para a gravação, tendo como alvo espectadores do vídeo, inclusive em futuros contextos na mídia ou no judiciário. Enquanto isso, Renan o posiciona frente à parede, prosseguindo nas etapas necessárias para o algemamento.

Em seguida, Renan ordena duas vezes que João coloque a mão na parede (=°bota a mão na parede°, *bota a mão na parede=-l. 25-26), mas João vira seu corpo para o lado esquerdo (imagem 8), operando uma ação corporificada de recusa e projetando a próxima ação, a realização de um pedido de ajuda (=aí, vitor, +[chama a rita #aí+][chama a rita aí*] - l. 28 e 30). Ao mesmo tempo em que segura João, Luís invalida a sua reclamação de truculência policial (=não tem ninguém esculachando#-l. 27), com o uso de uma formulação extrema (Pomerantz, 1986), possivelmente orientado também para a audiência projetada. Na esteira dos seus colegas, o policial faz um trabalho de limpeza moral (Velasco e Oliveira, 2016), isto é, busca (re)construir a imagem dos agentes como a

de profissionais que desempenham suas funções de modo correto, conforme as normas da instituição.

Na imagem 8, vemos que Luís mantém as duas mãos sobre João, uma, segurando seu braço, e a outra, sobre suas costas, mantendo o abordado próximo à parede. Entretanto, na imagem 10, observa-se que João consegue virar-se para trás e caminhar na direção oposta à da parede, pois o policial abaixa a sua mão que estava nas costas de João, enquanto invalida novamente a reclamação do abordado ([*não tem ninguém] [esculachando, não tem ninguém] esculachando - l. 29 e 31).

Além de sua recusa corporificada à ordem dos policiais, João realiza, verbalmente, uma ameaça (*ih, vou te #dar [uma ⇨ queda mano *qual foi]-l. 32). Assim, segue adotando uma conduta que pode ser classificada como de resistência ativa. Nesse momento crítico do algemamento, deparamo-nos com a ausência do elemento essencial para a atividade: a algema. Luís procura-a, por fim, pede ajuda ao seu colega (+[(cadê? #tem algema aí?)] - l. 33). Enquanto isso, João consegue escapar da parede e da contenção (imagem 11).

O **Excerto 4** mostra aumento do uso da força policial e nova luta corporal com João para seu algemamento, como resultado das ações anteriores, e novas incursões de Vitor, como cinegrafista, falando para a câmera e interagindo com os policiais.

Excerto 4 – nova tentativa de algemamento

34 REN

vamo rapá Δtenta +a sorte tenta [a sorte.] +
Δsegura JOA por trás e o encosta no
carro-->

lui

+gira o corpo e a cabeça p trás
em direção a JOA+

35 LUI

[+vai+ dá]
+puxa o braço dir
de JOA-> l. 43



14



15



16

- 70 **ROB** +°desobediência°
 lui ->+puxa o braço dir de JOA p trás-->>
 71 **VIT** ele não encostou (no aparelho) ele só tirou o
 72 celular do [bolso vocês-]

Nas imagens 14 e 15, vemos o policial aplicando, ainda, o mata-leão. Nesse momento, Vitor pede uma justificativa para a condução do jovem à delegacia e o uso da força, formulando na pergunta a própria justificativa candidata (vo+cê achou ele com alguma coisa [pra tu tá fazendo i-] com esses atos #as⇒sim.-l. 64-65). Sua pergunta contém um pressuposto importante: é necessário um nexos de causalidade que justifique o uso da força (pra tu tá fazendo i-]). De fato, segundo os protocolos da instituição, o policial deve se orientar pelo princípio da proporcionalidade, isto é, a força deve ser compatível com a gravidade da ameaça que o abordado representa. O cinegrafista amador também assume o papel de repórter, apurando os fatos e colhendo dados para a audiência avaliar por si a atuação policial.

A resposta de Renan é emitida com uma só palavra (Δdesobediência - l. 69), que não atende ao formato posto pela pergunta (polar do tipo sim/não) do cinegrafista, mas sim propõe redefinição dos termos da pergunta do cinegrafista, transformando-a retrospectivamente (Stivers e Hayashi, 2010) em “qual é o motivo”, anulando, assim, seu pressuposto. Assim, o agente se defende perante os participantes da interação física e perante a audiência projetada no contexto virtual. No entanto, o motivo apresentado não corresponde, novamente, a um comportamento do abordado que justificasse o uso da força em seu nível máximo, de acordo com as normas policiais.

7. Considerações finais

Este artigo teve dois objetivos. O primeiro foi o de demonstrar o potencial da ACM para um melhor entendimento sobre como o processo de tomada de decisão de uso da força resulta de um trabalho interpretativo das ações realizadas pelos participantes momento a momento da interação.

No vídeo que analisamos, ao ser dada a ordem de con-

dução à delegacia, inicia-se uma luta corporal, marcada por movimentos de contenção pelo policial e de resistência pelo abordado. Inicia-se também uma luta no campo das ações verbais. O abordado faz desafios ostensivos à autoridade policial, ao “sujeito homem”, expondo-o publicamente. Em resposta, o policial recorre também aos desafios verbais para mostrar “quem é que manda” ali.

A decisão de empregar o mata-leão, um nível máximo de força, contraria os protocolos oficiais. Não havendo risco à sobrevivência policial, bastaria ali o emprego de técnicas de contenção e neutralização, ou de técnicas defensivas não-letais. Mesmo estando ciente da gravação, a videoanálise mostrou que o policial adiantou condutas corporificadas de coerção, assumindo o risco de poder vir a prestar contas por elas.

Outro ponto revelado sobre a intensificação da força é que, apesar da vantagem numérica (três policiais), na maior parte do tempo, só um policial realizou a tarefa de imobilizar o abordado. Some-se a isso a falta de algemas, que exigiu que o colega que vinha ajudá-lo tivesse que deixá-lo sozinho novamente. É, nesse momento, que ocorre a segunda tentativa de aplicação do mata-leão. Só quando o abordado está algemado é que os policiais fazem apenas controle de contato, isto é, aplicam força menos intensa.

A análise contribui também para a compreensão da complexidade da sequencialidade, quando observamos múltiplas camadas e múltiplas temporalidades na interação. Num tempo de contravigilância, a sobreposição de uma interação física e uma virtual aumenta as tarefas do policial. Ora ele está contendo o abordado; ora está disputando com o cinegrafista a edição do vídeo apresentando outra versão do fato; ora está fazendo trabalho moral para a plateia. Todas essas atividades só se tornam visíveis quando olhamos para as ações verbais ou corporificadas que mostram como cada participante está entendendo o que está acontecendo no aqui e agora da interação.

Do ponto de vista teórico e metodológico, este trabalho aponta para a importância da videoanálise e suas potencialidades. Tratando-se de uma abordagem policial, contexto em que, em certos momentos, sequer há fala, o desenvolvimento de uma mentalidade analítica baseada em material audiovisual pode abrir caminhos para novas descobertas. Torna-se evidente também que nem a fala e nem qualquer outro recurso analisado pode ser considerado central ou periférico, pois é a sua integração, em arranjos simultâneos e sucessivos, que constitui as ações e que nos permite compreendê-las e explicá-las. Nesse sentido, destacamos o valor da transcrição multimodal, que representa a fina coordenação de diversos recursos acionados na e para a constituição das ações interacionais empregadas em um contexto altamente complexo.

Quanto ao segundo objetivo, buscamos, alinhados a uma Análise da Conversa Aplicada voltada para problemas sociais e de caráter intervencionista (Antaki, 2011), contribuir para o entendimento da violência policial e formação policial, apresentando uma nova chave de análise para explicar decisões de uso da força.

Nossa experiência com videoanálise, em oficinas realizadas com policiais, tem mostrado o quanto os estudos da interação revelam ângulos da ação policial desconhecidos aos profissionais. A discussão sobre o vídeo examinado levou os policiais, num primeiro momento, a defender o uso do mata-leão como técnica de contenção do abordado e de preservação da vida do policial. No entanto, a introdução da chave de análise interacional, levou-os a reconhecer que as decisões podem não ser tão pensadas. A rapidez com que são tomadas e, por vezes, o “calor da hora” dificultam o refreamento de comportamentos impulsivos e irrefletidos. Esse entendimento foi relatado também por um apenado, durante uma atividade de um trabalho voluntário, realizado por um dos autores, na Unidade Prisional da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Defendemos, portanto, que estudos da interação deveriam constar do curso de formação policial. Discussões

sobre vídeos reais que registrem e possibilitem refletir sobre a adequação de condutas policiais podem levar o policial a ter um conhecimento mais concreto do que acontece na rua e identificar as interpretações que orientam o processo de tomada de decisão do uso da força.

Em uma análise recente sobre uma operação policial que deixou 28 mortos numa comunidade carioca, Muniz (2021) afirma que a falta de protocolos claros e públicos da Polícia impede a prestação de contas de suas ações à sociedade e, no limite, cria um monstro de difícil controle.

O que propomos aqui é um trabalho de mudança a partir da base, isto é, do indivíduo que vai para a rua e que tem o poder de escolher, dentro dos limites legais, um dado curso de ação. Acreditamos que, tornando o policial mais reflexivo sobre sua prática, podemos ajudá-lo a perceber o que orienta uma tomada de decisão, num dado contexto, o que pode aumentar a possibilidade de atendimento ao uso progressivo da força, conforme os protocolos estabelecidos.

Agradecimentos

Somos imensamente gratos:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à coordenadora e aos membros dos Grupos de Pesquisa Discurso, Interação e Prática Profissional (DIPP, PUC-RJ), e Interação em Contextos Institucionais (ICI, UFRJ), sem os quais não teríamos produzido conhecimentos de relevância prática para diferentes tipos de prática profissional.

À Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela aprovação do projeto “Habilidades Comunicativas e Prática Policial em Comunidades em Processo de Pacificação”, que nos permitiu produzir conhecimento aplicado específico à prática policial.

Gostaríamos ainda de fazer um agradecimento especial aos pareceristas, que leram tão atentamente nosso trabalho e contribuíram em muito, com seus comentários, para a versão final aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

- ANTAKI, C. 2011. Six kinds of applied conversation analysis. In: C. ANTAKI. (org.). *Applied conversation analysis: intervention and change in institutional talk*. Hampshire: Palgrave Macmillan, p. 1-14. <https://doi.org/10.1057/9780230316874>
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos e Ministério da Justiça. 2010. Portaria Interministerial n. 4.226/2010. Estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/integra-portaria-ministerial.pdf>. Acesso em: 29/01/2021.
- BRUNO, F. 2008. Estética do flagrante: controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. *Cinética*. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/fernanda_bruno.pdf. Acesso em: 20/02/2021.
- CARDOSO, B. 2014. *Todos os olhos: videovigilância, voyeurismos e (re)produção imagética*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 324 p.
- CORDEIRO, B. M. P. 2009. *Elementos para a criação de uma matriz curricular sobre o uso da força*. Cadernos

- Temáticos da Conseg*: uso progressivo da força: dilemas e desafios. Brasília, Ministério da Justiça, n. 5. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-2/5cadernotematico_uso-progressivo-da-forca.pdf. Acesso em: 29/1/2021.
- CRUZ, F. M. da; OSTERMANN, A. C.; ANDRADE, D. N. P.; FREZZA, M. 2019. O trabalho técnico-metodológico e analítico com dados interacionais audiovisuais: a disponibilidade de recursos multimodais nas interações. *Delta*, **35**(4):1-36. <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350404>
- DREW, P. 2006. When documents 'speak': documents, language and interaction. In: P. DREW; G. RAYMOND; D. WEINBERG (org.). *Talk and Interaction in Social Research Methods*. London, Sage, p. 63-80. <https://doi.org/10.4135/9781849209991.n5>
- DROR, I. E. 2007. Perception of risk and the decision to use force. *Policing: A Journal of Policy and Practice*, **1**(3):265-272. <https://doi.org/10.1093/police/pam041>
- GAGO, P.C.; PEREIRA, M. de L. 2020. "Vai ter visita na casa?" A reclamação em cascata no âmbito da mediação familiar judicial. In: A. C. LAND; B. DEUSDARÁ; M. AZZARITI; M. PESSÔA (orgs.). *Práticas de análise em linguística forense*. Rio de Janeiro: Cartolina Editorial, p. 14-29.
- GARCEZ, P. M.; SCHULZ, L. 2015. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em linguística aplicada no Brasil. *Delta*, **31**(número especial):1-34. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445093806057590158>
- GOODWIN, C. 1981. *Conversational organization: interaction between speakers and hearers*. New York, Academic Press, 195 p.
- GOODWIN, C. 1994. Professional Vision. *American Anthropologist*, **96**(3):606-633. <https://doi.org/10.1525/aa.1994.96.3.02a00100>
- GOODWIN, C. 2000. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics*, **32**(10):1489-1522. [https://doi.org/10.1016/S0378-2166\(99\)00096-X](https://doi.org/10.1016/S0378-2166(99)00096-X)
- GOODWIN, C. 2010. Multimodality in human interaction. *Calidoscópio*, **8**(2):85-98. <https://doi.org/10.4013/cld.2010.82.01>
- JEFFERSON, G. 2004. Glossary of transcript symbols with an introduction. In: G. H. LERNER (org.). *Conversation analysis: studies from the first generation*. Amsterdam, John Benjamins, p. 13-31. <https://doi.org/10.1075/pbns.125.02jef>
- JOHNSON, A. 2020. "Are you saying you were stabbed...?": multimodality, embodied action, and dramatized formulations in "fixing" the facts in police interviews with suspects. In: M. MASON; M. ROCK (ed.). *The discourse of police interviews*. Chicago, University of Chicago Press, p. 355-392.
- JONES, N.; RAYMOND, G. 2012. "The Camera Rolls": using third-party video in field research. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science (AAPSS)*, **642**(1):109-123. <https://doi.org/10.1177/0002716212438205>
- KANT DE LIMA, R. 2021. Direitos civis, estado de direito e "cultura policial": a formação policial em questão. *Revista Campo Minado*, Niterói, **(1)**:95-113. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/10281/1/4e-505d72d01.pdf>. Acesso em: 10/3/2021.
- KENDON, A. 1980. Gesture and speech: two aspects of the process of utterance. In: M. R. KEY (ed.). *The relationship of verbal and nonverbal communication*. Mouton, The Hague, p. 207-227. <https://doi.org/10.1515/9783110813098.207>
- LAURIER, E. 2015. YouTube: fragments of a video-tropic atlas. *Area*, **48**(4):2-8. <https://doi.org/10.1111/area.12157>
- MACIEL, W. C. 2012. Violência policial e identidade profissional: representações sociais de policiais militares do Distrito Federal. In: *5 Relatório sobre os Direitos Humanos no Brasil 2001-2010*. Núcleo de Estudos da Violência USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 134-149.
- MEDINA, J. 2017. A warmer shade of blue. *The Current*, Disponível em <https://www.news.ucsb.edu/2017/018075/earning-respect>. Acesso em: 22/6/2017.
- MONDADA, L. 2013. Video as a tool in sociology and anthropology. In: C. MÜLLER; A.J. CIENKI; E. FRICKE; S.H. LADEWIG; D. MCNEILL; S. TEBENDORF (ed.). *Body – language – communication: an international handbook on multimodality in human interaction*. Berlin, De Gruyter Mouton, p. 978-988.

- MONDADA, L. 2014a. The local constitution of multimodal resources for social interaction. *Journal of Pragmatics*, **65**:137-156. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2014.04.004>
- MONDADA, L. 2014b. *Conventions for multimodal transcription*. Disponível em: https://franzoesistik.philhist.unibas.ch/fileadmin/user_upload/franzoesistik/mondada_multimodal_conventions.pdf. Acesso em: 10/1/2021.
- MONDADA, L. 2016. Challenges of multimodality: language and the body in social interaction. *Journal of Sociolinguistics*, **20**(3):336-366. <https://doi.org/10.1111/josl.11217>
- MONDADA, L. 2018. Multiple temporalities of language and body in interaction: challenges for transcribing multimodality. *Research on Language and Social Interaction*, **51**(1):85-106. <https://doi.org/10.1080/08351813.2018.1413878>
- MUNIZ, J. O. 1999. "Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser": cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 289 p.
- MUNIZ, J. O. Folha de São Paulo, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/falta-de-protocolos-claros-impede-cobranca-da-policia-e-cria-monstro-diz-pesquisadora.shtml?origin=uol>. Acesso em: 8/5/2021.
- MUNIZ, J. O.; CARUSO, H.; FREITAS, F. 2018. Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000. *BIB Anpocs*, São Paulo, **2**(84):148-187. <https://doi.org/10.17666/bib8405/2018>
- NEVILE, M. 2015. The embodied turn in research on language and social interaction. *Research on Language and Social Interaction*, **48**(2):121-151. <https://doi.org/10.1080/08351813.2015.1025499>
- OLIVEIRA, M. C. L.; RON-RÉN JUNIOR, R. 2017. Agência e Discrecionalidade na Prática Policial. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, **17**(4):759-775. <https://doi.org/10.1590/1984-6398201711398>
- OSTERMANN, A. C.; FREZZA, M. 2017. "Veio o resultado do exame": a comunicação de notícias diagnósticas (e como investigações linguístico-interacionais podem informar as práticas profissionais). *Linguagem em (Dis)curso*, **17**(1):25-50. <https://doi.org/10.1590/1982-4017-170102-0516>
- OSTERMAN, A.C.; OLIVEIRA, M.C.L. (orgs.). 2015. *Voce está entendendo?: contribuições dos estudos de fala-em-interação para a prática do teleatendimento*. Campinas, Mercado de Letras, 116 p.
- PEREIRA, R.M.; CASTRO, C.L. de C.; CHEIBUB, B.L. 2019. Favela ou comunidade? Como os moradores, guias de turismo e outros agentes sociais compreendem simbolicamente o "morro" Santa Marta (RJ)? *Revista Brasileira de Estudos do Lazer – RBEL*, **6**(3):23-36. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.26886>
- PIRES, L. *Esculhamba, mas não esculacha! uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói, EdUFF, 2011, 171 p.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. 2015. Instrução Normativa PMERJ/EMG-PM3 n. 33, de 3 de julho de 2015.
- SÁ E SILVA, F. 2014. *Violência e segurança pública*. São Paulo, Fundação Percecu Abramo, 108 p.
- SACKS, H. 1972. Notes on police assessment of moral character. In: D. SUDNOW (ed.). *Studies in social interaction*. New York, Free Press, p. 280-293.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.A.; JEFFERSON, G. 1974. A simple systematic for the organisation of turn taking in conversation. *Language*, **50**(4):696-735. <https://doi.org/10.1353/lan.1974.0010>
- SCHEGLOFF, E. A. 1984. On some gestures' relation to talk. In: J. M. ATKINSON; J. HERITAGE (ed.), *Structures of social action: studies in conversation analysis*. Cambridge, Cambridge University Press, p. 266-295. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511665868.018>
- VELASCO, A. D. A. B. 2018. *Flagrantes da prática policial: o celular como arma de contravigilância*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ, 159 p. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v21i40.33389>
- VELASCO, A. D. A. B.; OLIVEIRA, M. D. C. L. 2016. Sorria: você está sendo filmado. A espetacularização da prática policial e o trabalho de limpeza moral. *Gragoatá*, **21**(40):380-398. <https://doi.org/10.22409/gragoata.v21i40.33389>
- WATSON, P.G. 2018. The documentary method of [video] interpretation: a paradoxical verdict in a police-involved shooting and its consequences for understanding crime on camera. *Human Studies*, **41**:121-135. <https://doi.org/10.1007/s10746-017-9448-2>

ANEXOS

Anexo 1 – Convenções Jefferson

[colchetes]	fala sobreposta
(0.5)	pausa em décimos de segundo
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundo
=	contigüidade entre a fala de um mesmo falante ou de c falantes distintos
:	alongamento de som
-	autointerrupção
.	descida de entonação
?	subida de entonação
,	entonação contínua
? ,	subida de entonação mais forte que a vírgula e menos forte que o ponto de interrogação
↑	subida acentuada na entonação
	mais forte que os dois pontos sublinhados
↓	descida acentuada na entonação
	mais forte que os dois pontos precedidos de sublinhado.
<u>sublinhado</u>	acento ou ênfase de volume
MAIUSCULA	ênfase acentuada
°	fala mais baixa imediatamente após o sinal
°palavras°	trecho falado mais baixo
>palavras<	fala comprimida ou acelerada
<palavras>	desaceleração da fala
<palavras	início acelerado
(palavras)	transcrição duvidosa
()	transcrição impossível

Fonte: Jefferson (2004).

Anexo 2 – Convenções de transcrição multimodal

Trajectoria dos gestos	
+----+	Delimitação de início e fim do gesto
+, *	A fala transcrita comporta os símbolos gráficos indicadores de gestos (+, *, por exemplo) posicionados no momento em que são realizados com relação à fala.
(1.0) +* (0.2)	Se um gesto começa no meio de uma pausa, segmenta-se a pausa. (ex. 1.2 segundos= 1,0 + 0,2).
---->121	Continuação do gesto até a linha 21 (exemplo) do excerto.
---->+	Se um gesto continua nas linhas seguintes, sua descrição é seguida de uma flecha que remete ao símbolo que delimita sua finalização.
---->>	Continuação do gesto até o fim do excerto
Trajectoria temporal dos gestos	
.....	Emergência
.....	Finalização ou retração
.....	Manutenção
Inserção de imagens	
ima	Imagens reproduzidas no texto da transcrição extraídas por captura de tela do vídeo.
#	Indica o exato momento que corresponde à imagem (ima) sincronizado ao turno de fala

Fonte: Cruz et al. (2019) adaptado.